

**UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ**

**Samira Almeida Amaral Ferreira**

**A TRANSIÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO PARA O TRABALHO  
LIVRE E A FORMAÇÃO DA MÃO DE OBRA NA CIDADE DE  
TAUBATÉ NO PERÍODO DE 1870 A 1910**

**TAUBATÉ**

**2019**

**Samira Almeida Amaral Ferreira**

**A TRANSIÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO PARA O TRABALHO  
LIVRE E A FORMAÇÃO DA MÃO DE OBRA NA CIDADE DE  
TAUBATÉ NO PERÍODO DE 1870 A 1910**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais e Letras da Universidade de Taubaté para obtenção do Certificado de Graduação pelo curso de Licenciatura em História da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Ciências Humanas.

Orientador: Prof. Dr. Edson Trajano Vieira.

**TAUBATÉ**

**2019**

**SIBi - Sistema integrado de Bibliotecas – UNITAU**

F383t Ferreira, Samira Almeida Amaral

A transição do trabalho escravo para o trabalho livre e a formação da mão de obra na cidade de Taubaté no período de 1870 a 1910 / Samira Almeida Amaral Ferreira. -- 2019. 48 f. : il.

Monografia (graduação) - Universidade de Taubaté, Departamento de Ciências Sociais e Letras.

Orientação: Prof. Dr. Edson Trajano Vieira, Departamento de Ciências Sociais e Letras.

1. Escravidão. 2. Mão de obra. 3. Trabalho. I. Título

CDD – 331.0981

**Samira Almeida Amaral Ferreira**

**A TRANSIÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO PARA O TRABALHO LIVRE E  
A FORMAÇÃO DA MÃO DE OBRA NA CIDADE DE TAUBATÉ NO PERÍODO DE  
1870 A 1910**

Monografia apresentada para obtenção do Certificado  
de Graduação pelo curso de Licenciatura em História  
da Universidade de Taubaté.  
Área de Concentração: Ciências Humanas.

**Data:** \_\_\_\_\_

**Resultado:** \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

**Orientador: Prof. Dr. Edson Trajano Vieira**

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

**Prof. Dr. Isnard de Albuquerque Câmara Neto**

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

**Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Fátima de Melo Toledo**

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

Dedicado à todas as trabalhadoras e trabalhadores, empregados ou não, que transformam e contribuem para a história diariamente e sonham com melhores condições de vida para si e para os seus.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar quero agradecer as forças superiores que emanam pelo universo que sem as quais nenhum de nós estaríamos aqui.

Depois ao corpo de professores, funcionários do Departamento de Ciências Sociais e Letras que sempre estiveram a disposição para sempre ensinar e atender a todas as alunas e alunos. Aos maravilhosos colegas e amigos que fiz no curso de História e nesta permanência breve no querido DCSL.

Em especial ao meu orientador Dr<sup>o</sup> Edson Trajano Vieira pela competência e paciência na orientação na elaboração deste trabalho.

Aos meus professores Dr<sup>a</sup> Maria Fátima de Melo Toledo por todo ensinamento e orientação acadêmica durante os meus três anos de curso que me foram de grande valia para aprendizado e trajetória acadêmica e com a qual aprendi que a luta social é sem dúvida a história de todos nós. Ao grande Ms. Armindo Boll que desde o início me mostrou a importância para a vida do ensino e aprendizado da história. Ao querido Dr<sup>o</sup> Isnard de Albuquerque Câmara Neto a quem tive a satisfação de conhecer no último ano da licenciatura e com quem aprendi que de nada basta o conhecimento se não soubermos usá-lo com destreza e sabedoria e Dr<sup>a</sup> Rachel Duarte Abdala pela confiança no meu trabalho nos projetos que pude desenvolver com Educação Patrimonial e também na iniciação à docência universitária pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

Por fim e não menos importante ao meu querido companheiro Bruno que com paciência suportou a minha dedicação exclusiva aos estudos e trabalhos durante os muitos finais de semana.

Sem dúvidas sem a ajuda de cada um de vocês eu não teria me tornado nem parte da profissional que sou hoje, então o meu muito obrigada. Vocês foram e continuam sendo excepcionais.

“Se eu me arrependo? Não, não creio. Tenho plena consciência de que a causa que abracei revelou-se infrutífera. Talvez não devesse ter seguido esse caminho. Mas, por outro lado, se os homens não cultivam o ideal de um mundo melhor, eles perdem algo. Se o único ideal dos homens é a busca da felicidade pessoal, por meio do acúmulo de bens materiais, a humanidade é uma espécie diminuída”.

(Eric Hobsbawm – 1999)

## RESUMO

A escravidão, perpetuada por quase três séculos no Brasil, deixou marcas profundas na história do país, sendo utilizada como principal recurso de mão de obra para as diversas atividades econômicas brasileiras. A cidade de Taubaté, localizada no Vale do Paraíba Paulista, foi uma das regiões do sudeste que utilizaram deste recurso até sua prescrição e assim como outras regiões, precisou buscar outras formas de trabalho, que pudessem suprir suas demandas quando da mudança na dinâmica do mercado europeu. Desde o fim do tráfico e a abolição da escravidão, a região enfrentou muitos desafios na transição do trabalho escravo para o trabalho livre, assim como para constituir sua mão de obra assalariada no novo cenário que se impôs e que não foi, de nenhuma forma, homogênea, pelos muitos lugares do Brasil. Tendo em mente tal contextualização o presente trabalho pesquisou essas mudanças no contexto local e, principalmente como se organizaram as novas relações sociais de trabalho na região.

Palavras-chave: Escravidão. Mão de obra. Trabalho

## **ABSTRACT**

Slavery perpetuated for almost three centuries in Brazil left deep marks in the history of the country being used as the main resource of labor for the various activities in the Brazilian economic cycles. The city of Taubaté located in the Vale do Paraíba Valley of São Paulo was one of the southeast regions that used this resource until its prescription and as other regions had to look for other forms of work that could meet their demands when changing the dynamics of the European market. Since the cessation of trafficking, the abolition of slavery, the region has faced many challenges in the transition from slave labor to free labor as well as in constituting its labor force in the new setting that was in no way homogeneous in many places in Brazil. Bearing in mind such contextualization, the present work investigated how these changes took place and especially how the new social and work relations in the region took place.

Keyword: Job. Labor. Slavery

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>FIGURA 1 - POSSÍVEL LOCALIZAÇÃO DA CAPITANIA NOSSA SENHORA DE ITANHAEM.</b>	
IL .....	15
<b>FIGURA 2 - SITUAÇÃO PRIMITIVA ALDEIA GUAIANÁ.....</b>	17
<b>FIGURA 3 - SAÍDA PARA A COLHEITA DO CAFÉ EM CARROÇA - VALE DO PARAÍBA EM</b>	
1885.....	23
<b>FIGURA 4 - IMIGRANTE ITALIANO EM QUIRIRIM – SÉCULO XIX .....</b>	37
<b>FIGURA 5 - VISTA AÉREA DO COMPLEXO DA CTI.....</b>	42

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 1 - BRASIL - PRODUÇÃO DO CAFÉ - 1821-1900 (*E MILHÕES DE SACAS).....</b>	<b>25</b>
<b>TABELA 2 - VALE DO PARAÍBA: PRINCÍPAIS PRODUTORES DE CAFÉ.....</b>	<b>26</b>
<b>TABELA 3 - CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO DE SÃO PAULO 1872 - 1920.....</b>	<b>43</b>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO 1. TAUBATÉ E SEU PAPEL NO CENÁRIO ECONÔMICO NACIONAL DESDE SEUS PRIMEIROS ANOS À DECADÊNCIA CAFEIEIRA.....</b>	<b>14</b>
1.1    Fundação da Vila.....	14
1.1.1.    Capitania de Nossa Senhora de Itanhaém .....	15
1.1.2.    Vila de São Francisco da Chagas .....	18
1.2    A progressão do crescimento econômico da Vila de São Francisco da Chagas e a mineração . .....	18
1.3    O império do café.....	20
1.1.3.    O café no Vale do Paraíba.....	22
<b>CAPÍTULO 2. O TRABALHO E A ESCRAVIDÃO NA SOCIEDADE TAUBATEANA 1870-1910.....</b>	<b>26</b>
2.1    Escravidão e Trabalho.....	26
2.2    A sociedade escravocrata de Taubaté.....	27
2.2.1.    O trabalho no regime escravocrata.....	28
2.3    O processo abolicionista e as mudanças na dinâmica econômica.....	30
2.3.1.    A abolição em Taubaté e cidades da região .....	32
<b>CAPÍTULO 3. O CENÁRIO ECONÔMICO E AS NOVAS RELAÇÕES SOCIAIS DE TRABALHO PÓS ABOLIÇÃO NA CIDADE DE TAUBATÉ .....</b>	<b>35</b>
3.1    O cenário econômico e as novas organizações do trabalho .....	35
3.1.1.    O trabalho pós abolição.....	38
3.2    Formação de um mercado de trabalho?.....	40
3.3    O perfil do trabalho pós abolição e a manutenção da elite 1890-1910 .....	41
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>44</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>46</b>

## INTRODUÇÃO

O tema escolhido para a realização da presente pesquisa é a transição do trabalho escravo para o trabalho livre assalariado e a formação da mão de obra na cidade de Taubaté, localizada no Vale do Paraíba Paulista, no período de 1870 a 1910, tendo como parâmetro os estudos já realizados sobre a dinâmica econômica nacional e os recursos de mão de obra utilizados nas mais diversas atividades econômicas. Especificamente, foi dada atenção especial à região de Taubaté, no final do século XIX e início do século XX, resultados estes provenientes das decisões político-econômicas locais e também nacionais que envolveram o Brasil de maneira geral.

Desde sua fundação, a cidade utilizou diferentes tipos de mão de obra para a composição de seu cenário econômico. O trabalho escravo, legitimado pelo papado da Europa do século XVI, e justificado pela “infidelidade” religiosa foi uma delas que persistiu ativo nos séculos posteriores e se tornou o suprassumo de primeira importância do mundo moderno e contemporâneo, permanecendo em atividade no país por 300 anos e que trouxe mediante imigração forçada mais de 5 milhões de africanos para serem escravizados.

O mercado escravocrata que serviu aos senhores de engenho e posteriormente aos barões do café das muitas unidades produtoras sofreu impacto das pressões inglesas quando do fim do tráfico negreiro atlântico por todo o continente e, posteriormente, devido ao processo abolicionista. Não sendo mais possível a compra de africanos com o fim da escravidão, e guiados por pressões ideológicas impregnadas na sociedade, o país viveu uma crise de mão de obra na qual os produtores tiveram que pensar em novas estratégias de como suprir suas demandas produtivas.

Pensando nessa contextualização, a pesquisa teve como objeto: verificar como transcorreram as mudanças nas relações sociais do trabalho na região a partir das dinâmicas político-econômicas, se houve permanências sociais e hierárquicas e também entender os novos elementos que compuseram a força de trabalho com a libertação dos escravizados.

A pesquisa foi realizada a partir de revisão bibliográfica e também da transcrição de periódicos da visitação do arquivo histórico municipal de Taubaté. A bibliografia básica utilizada foi: *Negros da terra: Índios e bandeiras nas origens de São Paulo* de John Manuel Monteiro, *Da senzala a colônia* e *Abolição* de Emília Viotti da Costa, *Capitalismo e Escravidão* de Erick William, *História Econômica do Brasil* e *Formação do Brasil contemporâneo* de Caio Prado Júnior e *Era dos Impérios* de Eric Hobsbawm.

Por fim, mas não menos importante para o debate mais central e regional foram utilizados: *A formação do mercado de trabalho no Brasil* de Alexandre de Freitas Barbosa *Cafeicultura homens, mulheres e capital 1850-1890* de Verena Stolcke, *Crime e escravidão: Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888* de Maria Helena Machado e *Taubaté o local e o global na construção do desenvolvimento* de Silvio Luíz da Costa entre outras obras de igual valor.

Também foram consultados os periódicos em circulação denominado *O jornal do Comércio (1880 – 1890)*, *O noticiarista (1880-1890)* onde buscou-se informações sobre o processo de abolição na cidade, os acontecimentos no cenário nacional e também eventos ligados a sociedade e sua gente pelos quais foram realizadas uma contextualização com a finalidade de identificar situações sobre os tipos de trabalho que estão surgindo na cidade no período e também o possível paradeiro dos recém-libertos.

Para que o objetivo fosse cumprido o corpus documental dessa pesquisa acompanhou a cronologia dos fatos e a abordagem dos principais conceitos juntamente com a contextualização histórica necessária ao tema sendo apresentado em três capítulos: No capítulo 1 é apresentada a história de Taubaté, seu contexto social, político e econômico levando em consideração toda a dinamização nacional desde sua fundação. No capítulo 2 foi feito o debate sobre a transição do trabalho escravo para o trabalho livre após a libertação dos mesmos e no capítulo 3 foram analisados o novo cenário econômico da cidade e também como ficaram as relações sociais e de trabalho.

## **CAPÍTULO 1. TAUBATÉ E SEU PAPEL NO CENÁRIO ECONÔMICO NACIONAL DESDE SEUS PRIMEIROS ANOS À DECADÊNCIA CAFEEIRA.**

### **1.1 Fundação da Vila**

Fundada no século XVII, a trajetória da cidade de Taubaté, se inicia devido à interesses comerciais, econômicos e de poder, fatores que impulsionou toda América portuguesa em seu processo de conquista.

Mantendo as entradas<sup>1</sup> e bandeiras como principais recursos na exploração das terras, na constante busca por riquezas e na captura de indígenas para catequização e mão de obra, os colonos puderam atingir grandes áreas próximas as faixas litorâneas, onde se mantiveram por algum tempo como “caranguejos a rondar as praias”, como escreveu o frei Vicente do Salvador em 1627, em relação a colonização do atual nordeste.

A dinâmica econômica se alterou quando os holandeses tomaram uma das capitâneas mais ricas do Brasil que foi Pernambuco e algumas colônias portuguesas na África, garantindo assim, o abastecimento de mão de obra escrava para regiões brasileiras desmontando parte considerável do esquema de tráfico negreiro controlado pelas duas coroas Portugal e Espanha e o que resultou numa crise de abastecimento de mão de obra nas regiões ainda sob o domínio português, dentre elas a Vila de São Paulo de Piratininga<sup>2</sup>.

A vila, então, que tinha por necessidade a utilização dos recursos, atrelada à sede por encontrar metais preciosos em outras regiões é apoiada pela administração colonial a sair e adentrar os sertões desconhecidos. A coroa via na estratégia uma maneira de garantir mais territórios e poder fiscal, além de aliados indígenas para suas lutas internas contra os holandeses, franceses e espanhóis.

Desta forma, os bandeirantes após desbravarem os vastos sertões antes só conhecidos pelas histórias e supostas lendas contadas pelos indígenas apesar de contribuírem de forma significativa para o alargamento das bandeiras, não alcançaram sucesso em suas buscas. Tendo em mente as muitas dificuldades encontradas somente após estudos e articulações e, sem muita opção de estratégia, decidem pelos sertões paulistas onde viam nos mesmos o “remédio para sua pobreza”. As muralhas para o colono da beira-mar e do Planalto de Piratininga, deixam de

---

<sup>1</sup> Entradas e Bandeiras: Ambas organizadas para exploração, sendo a primeira organizada pela coroa e a última por particulares e que ultrapassava ilegalmente os limites do Tratado de Tordesilhas.

<sup>2</sup> Vila de São Paulo de Piratininga: Nome atribuído por Men de Sá governador-geral do Brasil em 1560, e que hoje é a cidade de São Paulo.



No ano de 1628, Jacques Félix, morador da Vila de São Paulo, juntamente com seus filhos requereram as terras na região do Vale do Paraíba ao capitão-mor da capitania de Itanhaém. Após ser deferido o pedido, fica estipulado à Jacques Félix e seus filhos algumas datas de terras de uma sesmaria de meia légua que correspondem a parte de Pindamonhangaba e Taubaté nos dias de hoje. A partir de então, se tem o início o processo de requerimentos e licença para entrada nos sertões, e que os tornam de certa forma os primeiros povoadores desta região. (PASIN, 1988, p.25).

As sesmarias assim como as capitanias hereditárias, não garantiam a propriedade das terras, mas sim o direito de usufruir das mesmas, transformando as em terras propícias ao cultivo e habitadas. Os sesmeiros, por sua vez, nem sempre seguiam as regras e/ou impedimentos do contrato estipulado, chegando em alguns casos alugar, arrendar ou até vender as terras, fato este que levava a inúmeros problemas, como o ocorrido na expulsão da Condessa de Vimieiro e o que dificultava muito o controle da coroa portuguesa sobre as mesmas, fatos significativos para a origem dos grandes latifúndios no Brasil.

Com passos lentos, a solução para o problema de fiscalização só viria séculos mais tarde, com a criação de uma regularização fundiária, a Lei de terras, de 1850, mas que, no entanto não impediu nem acabou com a desigualdade na distribuição de terras ocorrida no período anterior afinal, quem estava nas mesmas receberia o título de proprietário oficial tendo posse legítima do que estava sendo utilizado.

Prosseguindo com o tema, Jacques Félix ainda permaneceu em São Paulo após a concessão das sesmarias e, somente em 1636, com a prerrogativa de conquistar novas terras e descobrir ouro, recebeu autorização para desbravar outras regiões. É importante frisar que algumas obras consultadas como Monteiro (1994) aponta o objetivo das bandeiras estava na captura e escravização indígena para a mão de obra e não na busca de ouro. O autor evidencia que foi a captura de indígenas, pois dela dependida todo o sucesso do desenvolvimento dos paulistas.

O apresamento dos chamados “negros da terra”, uma vez sendo elemento fundamental para o trabalho, foi essencial ao processo econômico primeiro devido à escassez de braços para o trabalho e, principalmente, porque havia se tornado atividade de alta lucratividade graças aos domínios holandeses conforme já citado acima, e o que intensificará as relações com o elemento colonizador.

Após longa viagem, o sertanista “conquistou” a região conhecida como sertão de Tabatê, retratada na figura 2, onde se fixou com sua família, agregados e seus índios escravos, sob

uma região que, de acordo com as pesquisas apontaram ser a antiga aldeia de Itaboaté, lar dos *Guaianazes*.

Os *Guaianazes* se fixaram na região após a pressão do século XVI, feita por João Ramalho devido, à fundação da Vila de Santo André em 1560, se retirando para as margens do rio Paraíba do Sul e se dividindo em várias aldeias, uma delas foi a de Taubaté. A desapropriação das terras dos *Guaianazes* feitas pelos bandeirantes foi tão bruta e cruel que, mesmo sua coragem de resistir não foi, suficiente para evitar a dizimação de suas tribos quase que por completo. A “expedição que reduziu os índios Uerominis e Puris do Vale do Paraíba” (MENDONÇA, 20019, p.63).



**Figura 2 - Situação primitiva aldeia Guaiana**

Fonte: Acervo DMPAH

Os inúmeros processos em nome do progresso provocados pelo “homem branco”, desde a chegada dos europeus na América, até os dias atuais, foram e são sem dúvida devastadores, mas a principal calamidade causada foi a destituição de forma incorrigível e permanente de seus locais de vivências e a desintegração de suas sociedades. “Por isso os velhos dizem: Você não pode se esquecer de onde você é e nem de onde você veio, porque assim você sabe quem você é e para onde você vai. Isso é não é importante só para a pessoa do indivíduo, é importante para o coletivo, importante para uma comunidade humana saber quem ela é, saber para onde ela está indo...” (KRENAK, 1999, p.27).

O aprofundamento deste tema não é objetivo deste estudo, mas é possível identificar nesta breve explanação que, perante este resultado, que se torna necessário e urgente entender o protagonismo indígena e sua importância para o contexto colonial.

Seja de forma indireta, forçada, de resistência ou nas relações euroindígenas, seus feitos foram também fatores principais para a constituição dos muitos povoados e que hoje são os grandes centros urbanos. Como relatou Monteiro (1994), foram os indígenas os fornecedores para as bases perante as situações historicamente novas da conquista.

Compreender toda a luta a história daqueles que são herdeiros originários destas terras torna-se uma obrigação nacional.

### **1.1.2. Vila de São Francisco da Chagas**

O sertanista após estabelecer povoado na região deu início à construção das obras da igreja matriz, cadeia, casa de sobrado para o Conselho, moinho de trigo, engenho de açúcar e, tendo-as finalizado em 5 de dezembro de 1645, em nome da Condessa de Vimieiro, o povoado foi elevado à Vila e instalou a Câmara no dia 1 de janeiro de 1646, em evento solene.

O padroeiro escolhido foi *São Francisco das Chagas*, não ao acaso obviamente, mas sim devido à amizade que o capitão Jacques Félix mantinha com a ordem franciscana de São Paulo e, por isso, foi batizada Vila de São Francisco das Chagas.

Neste mesmo ano Duarte Correa Vasques Annes, como administrador das minas, encarregou Jacques Félix por meio de provisão datada no Rio de Janeiro, de penetrar o sertão de Guaratinguetá, com intento de descobrir ouro na região (MENDONÇA, 2009, p.65).

## **1.2 A progressão do crescimento econômico da Vila de São Francisco da Chagas e a mineração**

Nos primeiros tempos, a economia da vila foi de subsistência, baseada em pequenas plantações e escambo, para atender as necessidades de abastecimento local. Como aponta Mendonça (2009), as pequenas fazendas cultivavam produtos de origem indígena como: milho, inhame, feijão, mandioca entre outros além da criação de alguns tipos de animais domésticos como bovinos, suínos, caprinos e aves também utilizados para alimentação e fornecimento de alguns tipos de matéria prima para artesanatos, utensílios domésticos e tipos variados de vestimentas cuja a matéria principal era o algodão, fabricado nas rocas e teares.

Ainda no século XVII, com a autorização recebida de Duarte Correa administrador das minas, Jacques Félix, com sua comitiva, realizou a empreitada transpondo a Serra da Mantiqueira pela garganta do Embaú onde atingiu o planalto do rio Verde e descobriu o ouro nos sertões de “Cuiaté” e nas minas de “Itaverava” (MENDONÇA, 2009, p.65).

A mineração do ouro no Brasil ocupará durante  $\frac{3}{4}$  de século o centro das atenções de Portugal, e a maior parte do cenário econômico da colônia. Todas as demais atividades entraram em decadência, e as zonas em que se ocorrem se empobrecem e se despoçam. Tudo cede passo ao novo astro que se levanta no horizonte; o próprio açúcar, que por século e meio representa o nervo econômico da colonização e sua própria razão de ser, é desprezado. (PRADO JÚNIOR, 1956, p. 57)

O ouro, como citou Prado Júnior (1956), recebeu estimada atenção. E com o feito, o crescimento econômico não tardou em ocorrer na vila. A região além de fazer parte da rota obrigatória feita pelos viajantes e sertanistas que buscavam pelo ouro, foi também importante posto e ponto de paradas para pouso, reabastecimento de alimentos, cuidados com os animais e trocas comerciais. Comitivas traziam nos lombos dos jumentos e mulas produtos como: farinha de mandioca, farinha de milho, fubá, melado, rapadura, feijão, arroz entre outros, transformando a vila em importante centro irradiador e fonte de abastecimento para as Minas Gerais.

Os achados depois se multiplicaram sem interrupção até meados do século XVIII, período em que o Brasil alcança sua maior área de expansão geográfica e produtividade (JÚNIOR PRADO, 1956, p. 58). Sendo de grande prosperidade para a vila desde a ascensão da mineração e todo seu desdobramento econômico também ocasionaram a fundação de importantes cidades como Mariana, Ouro Preto localizadas nas Minas Gerais.

A produção aurífera brasileira correspondeu a quase 50% da produção mundial o que equilibrou a balança comercial, mas não foi suficiente para o livrar da dependência inglesa. O tratado de Methuem,<sup>4</sup> baseado na troca desigual com a metrópole, foi grande responsável pelo escoamento do ouro para a Inglaterra, enriquecimento de outros povos bem como por promover o desenvolvimento do capitalismo industrial inglês. (COTRIM, 1995, p.128).

Já no final do século XVIII a atividade sofre alguns abalos que culminaram na sua decadência. Entre os principais fatores estavam o esgotamento das jazidas, técnicas ineficientes, e falta de recursos adequados nos quais a administração pública leva a culpa pois manteve a colônia em isolamento completo, era dotada de baixo nível de intelectualidade para os estudos necessários (PRADO JÚNIOR, 1956, p. 62) E o que estimulará as atividades econômicas num

---

<sup>4</sup> Tratado de Methuem 1703, acordo militar e comercial que consistiu em fornecer matéria prima para a Inglaterra e a obrigação de importar manufatura inglesa.

largo mais geográfico que atingirá sobretudo as regiões de São Paulo e Rio de Janeiro.

Após a segunda metade do século XVIII, com a decadência do ciclo do ouro nas Minas Gerais, Taubaté retornou às atividades de subsistência. O difícil contato com outras regiões deixou espaço para o desenvolvimento de uma economia diversificada, com destaque para as lavouras de cana de açúcar, mas sem a exclusividade de outras regiões. Desenvolveram-se atividades industriais de tecelagem, engenhos de açúcar, produção de aguardentes, fabricas de farinha e atividades artesanais e domésticas (COSTA, 2005, p. 40).

Após a corrida do ouro as transformações provocadas pela mineração resultaram, como cita Prado Júnior (1956), no deslocamento do eixo econômico da colônia. A agricultura volta a ocupar posição dominante no Brasil. Na vila de Taubaté o processo não foi diferente.

### 1.3 O império do café

Taubaté uma das mais antigas comarcas de São Paulo já acumulava pouco mais de dois séculos de existência quando chegou ao Brasil a família real. D. João VI no início do século XIX motivado pelos ataques de Napoleão Bonaparte se transferiu, com toda sua corte para a então colônia portuguesa da América. O acontecimento provocou inúmeras mudanças, mas uma das mais significativas foi a alteração da condição do Brasil de colônia para Império no ano de 1822.

O início do séc. XIX não se assinala para nós unicamente por estes acontecimentos relevantes que são a transferência da sede da monarquia portuguesa para o Brasil e os atos preparatórios da emancipação política do país. Ele marca uma etapa decisiva em nossa evolução política e inicia em todos os terrenos, social, político e econômico, uma fase nova (PRADO JÚNIOR, 1996, p.9).

A chegada da família real foi situação única na história que colocou o Brasil numa outra conjuntura de cunho social, político e principalmente econômico. As regras existentes na colônia para exportação eram norteadas pelo pacto colonial<sup>5</sup> e foi extinta na chegada de D. João nas terras brasileiras, que ordenou a abertura dos portos.

É assim que o Regente, apenas desembarcando em terra brasileira, e ainda na Bahia onde arribara em escala para o Rio de Janeiro, assina o decreto que abre os portos da colônia a todas as nações, franqueando-os ao comércio internacional livre. Destituía-se assim de um só golpe a base essencial em que assentava o domínio colonial português (PRADO JÚNIOR, 1956, p. 129).

---

<sup>5</sup> Pacto colonial: Contrato de exclusividade do comércio de algumas colônias para respectivas metrópoles.

A nova medida desencadeou inúmeras mudanças, que estimularam as atividades econômicas brasileiras, o que impactou também questões políticas. Após quase 3 (três) séculos de sujeição, foram tomadas medidas que libertou a colônia de entraves para seu livre desenvolvimento e apesar de ainda permanecer submissa politicamente a Portugal foi estimulada a crescer economicamente. Estradas, melhoria dos portos, a chegada de novos vegetais como chá, imigração de colonos europeus e a tentativa de introduzir novas técnicas para a mineração.

Os desafios eram muitos como apresentou Prado Júnior (1956). O Brasil era deficitário, pobre de recursos e carecia de organização adequada, vendo-se cada vez mais destinada a poucos gêneros de sua especialidade.

Apesar dos inúmeros desafios a transferência da corte para o Rio, sua nova política e a emancipação da colônia caracterizaram a evolução econômica do país, embora tenham sido conservadas as estruturas coloniais e seu organismo econômico primário, destinado a produzir gêneros tropicais para o comércio internacional.

O século XIX se apresenta a esta nova fase. O renascimento agrícola iniciado ainda no século XVIII grandemente impulsionado com a abertura dos portos, fruto das reformas e do contexto europeu encontra no período grande concorrência. Fatores como a localidade geográfica, desgaste do solo e casos particulares a cada região destacam-se como os principais. Os gêneros produtivos entram em crise principalmente a cana de açúcar que foi colocada em quinto lugar entre os produtores mundiais com menos de 8% da produção e alcançara seu declínio o final do século.

A concorrência aconteceu de forma polarizada e externa na qual o Norte do país foi um dos mais prejudicados. Além do fator externo, sofreu com o fim do tráfico negreiro atlântico em 1850 tema que será discutido nos próximos capítulos deste trabalho e competia com o Sul com terras frescas e virgens tendo afetadas suas produções de cana de açúcar, algodão e tabaco.

O Sul por outro lado está em avante progresso, mesmo com a crise da mão de obra seus produtores tem subsídio para recorrer à imigração europeia para suprir a mão de obra. Além disso um fator que beneficiará totalmente esta região será a cultura do **café** (PRADO JÚNIOR, 1956, p.161-163).

Conhecido desde o 1727, o café inicialmente servia ao uso doméstico de algumas fazendas e propriedades e não era relevante para a dinâmica econômica. Segundo Prado Júnior (1956), não teve muita aceitação e foi desprezado em benefício do açúcar. Foi no renascimento da agricultura que, atrás do algodão e da euforia da borracha, que o café despertou o interesse dos produtores.

Baseado no capitalismo mundial o processo de monocultura do século XIX adotou a teoria das vantagens comparativas<sup>6</sup>, e através da especialização produtiva se tornou a principal cultura de exportação do país (VIEIRA, 2019, p.52).

Até 1880 foi cultivado no norte, nordeste e oeste do Rio de Janeiro, passando pelas terras férteis do Vale do Paraíba até se esgotarem se expandindo para o oeste paulista. No ano de 1890 São Paulo era a principal exportadora de café no Mundo (STOLCKE, 1986, p.11).

No começo da segunda metade do século XIX já tomava proporções na casa das 3 milhões de sacas em média por ano. Como cita SILVA (1995) a partir de 1880 a produção ultrapassou os 5 milhões de saca tornando-se o centro motor do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Importante também ressaltar que embora tenham sido notadas algumas semelhanças dentre os processos produtivos nas variadas regiões cafeeicultoras também foram identificadas através dos pesquisadores consultados que o modo de produção capitalista não se instalou de uma hora para outra na indústria agrária brasileira muito pelo contrário foi um processo demorado e que não alcançou a todas.

O Vale do Paraíba é uma dessas regiões onde existiram elementos produtivos diferentes que não caracterizava um modo de produção capitalista, mas sim um modo de produção clássico colonial, com base no latifúndio monocultor, mão de obra escrava e realizado para suprir a demanda externa. (TOLEDO, 2008, p.133).

### **1.1.3. O café no Vale do Paraíba**

Não somente a cidade de Taubaté, mas a região do Vale do Paraíba logo se caracterizou-se por ser pioneira na produção cafeeira do território paulista. As bases, segundo Silva (2005), foram deixadas pela economia de subsistência, que era diversificada, assim como suas atividades comerciais, as quais foram ponto de partida para a implantação de um novo sistema dentro do ciclo econômico.

As primeiras plantações, de acordo com Toledo (2008), foram feitas ao final do século XVIII, nas regiões que hoje correspondem ao Vale Histórico e onde são localizados os municípios de Bananal, Arapeí, São José do Barreiro, Areias e Silveira e provocou rápido crescimento na região.

---

<sup>6</sup> Teoria de comércio externo de David Ricardo da qual cada país deve especializar no que tinha de melhor, no caso brasileiro essa especialização era a monocultura para exportação.

Alguns viajantes como Saint Hilaire<sup>7</sup> ao passar pela região já notava o desenvolvimento do setor cafeeiro.

[...] é pra lá de Lorena que começa a encontrar os homens ricos. Devem todos a fortuna da cultura do café. [E acrescenta]: começam também os lavradores a se entregar a ela nas cercanias de Jacareí, Taubaté e Guaratinguetá, mas até agora as pessoas abastadas só se ocupam da cana de açúcar e os pobres do algodão com o qual fabricam tecidos grosseiros (Saint Hilaire, apud TOLEDO, 2008)

A expansão cafeeira durou todo o século XIX. E determinadas regiões se destacaram no início da produção cafeeira.



**Figura 3: Saída para a colheita do café em carroça - Vale do Paraíba em 1885.**

Fonte: Marc Ferrez. Coleção Gilberto Ferrez - Acervo Instituto Moreira Salles

Importante também destacar as características do cultivo do café no Brasil. Durante a primeira metade do século XIX, as plantações foram desenvolvidas com base no trabalho escravo o que tornava o custo de produção encarecida. Os muitos braços para o trabalho foram através do tráfico interno, trazidos graças à compra de escravos vindos do Nordeste e sobretudo das Minas Gerais onde havia um número relativamente importante de escravizados disponíveis (SILVA, 1995, p. 34).

---

<sup>7</sup> Augustin François César Prouvençal de Saint-Hilaire foi um botânico, naturalista e viajante francês.

Já na década de 1860 existiu no Brasil o que foi reconhecido como a classe de capitalistas comerciais. Como cita SILVA (1995), estes eram ricos suficientes para aproveitar as condições do mercado internacional contudo a expansão por via da mão de obra escrava era limitada.

(...) a produção continuava apoiada fundamentalmente sobre o trabalho escravo. Segundo uma pesquisa cujos resultados foram apresentados no Relatório do Presidente de São Paulo à Assembleia legislativa, em 1855, em 2618 plantações de café dessa província havia 55.834 escravos para 62.216 trabalhadores (SILVA, 1995, p.35)

A compra de escravos pode assegurar a expansão cafeeira até a supressão do tráfico e a abolição da escravidão, mas as possibilidades de encontrar a força de trabalho no Brasil segundo os produtores e a própria mentalidade da sociedade brasileira estavam reduzidas, e o setor enfrentará uma crise de mão de obra (Ver cap. 2)

Sobre os números da produção, é possível observar nos quadros 1 e 2, respectivamente, o crescimento no âmbito nacional assim também como cidades do Vale e especificamente, Taubaté, que nem aparecia como uma das cinco principais produtoras chega ao 3º lugar no ano de 1854 como mais de 35 mil arrobas de café.

**Tabela 1** Brasil - Produção do Café - 1821-1900 (\*e milhões de sacas)

Anos	Produção*
<b>1821 – 1830</b>	0,3
<b>1831 – 1840</b>	1,0
<b>1841 – 1850</b>	1,7
<b>1851 – 1860</b>	2,6
<b>1861 – 1870</b>	2,9
<b>1871 – 1880</b>	3,6
<b>1881 – 1890</b>	5,3
<b>1891 – 1900</b>	7,2

Fonte: A. d'E Taunay. Pierre Denis, apud SILVA p. 43.

O ritmo de produção era alto e colocou a primeira cidade do Vale como na situação de mais “rica e progressista” do país principalmente por conta de seu posicionamento geográfico que a colocava entre Ubatuba e Minas Gerais.

**Tabela 2** - Vale do Paraíba: principais produtores de café.

1836 – municípios e produção em arrobas	1854 – municípios e produção em arrobas
1º - Areias: 102797	<b>1º - Bananal: 554600</b>
2º - Bananal: 64822	<b>2º - Areias: 386094</b>
3º - Pindamonhangaba: 62628	<b>3º - Taubaté: 354730</b>
4º - Jacareí: 54004	<b>4º - Pindamonhangaba: 350000</b>
5º - Lorena: 33649	<b>5º - Jacareí: 240010</b>

Fonte: TOLEDO, 2008, p.141

Silva (2005) destaca em sua obra que a ascensão da cidade propiciou também muito enriquecimento e dinamismo à elite cafeeira. Os conhecidos Barões do café construíram durante os anos de abundância casarios sobrados entre outros. Ostentavam sua riqueza através da comodidade e consumo de finos importados que cortavam o país até chegar as fazendas.

Em 1900, Taubaté havia se tornado o maior produtor de café do Vale do Paraíba, prestígio que foi consumado no ano de 1906 quando da celebração do convênio de Taubaté. Mas tal tema não foi resultado de maiores conquistas ou crescimento. Conforme afirmou Costa (2005) o acordo foi firmado visando auxílio aos produtores da região que já enfrentavam problemas. O vale na ocasião não foi responsável por mais de 20% da produção total do estado de São Paulo, que aliás já estava muito à frente das produções do Rio de Janeiro desde 1870 período inicial da decadência cafeeira no Vale do Paraíba.

Entre os fatores principais, está a falta de competitividade com o oeste paulista região de terras novas e de grandes empreendedores, que estava progredindo, exponencialmente, nas produções. Além de solo fértil e do custo da mão de obra, que começavam a baixar, devido as experiências com o trabalho livre que os cafeicultores do oeste começam a realizar.

Tendo em vista tais desdobramentos os mesmos começaram a inserir nas fazendas a mão de obra livre, o que propiciou um menor custo de produção (ver cap. 2) e, conseqüentemente ofertou preços mais interessantes aos seus importadores. O predomínio da produção cafeeira na cidade foi praticamente, por um período de um século, desde o seu auge nos anos 30 até o começo do século XX (COSTA, 2005, p.42).

O esgotamento do solo provocado pelas plantações de café dificultou a formação de uma nova agricultura. As áreas antes produtoras de café e desgastadas foram utilizadas como espaço de pastagem atraindo investimentos para o setor da produção leiteira após a decadência do café. Costa (2005) também destaca que devido a esses fatores o Vale perderá a liderança econômica do país já no início do século XIX.

## **CAPÍTULO 2. O TRABALHO E A ESCRAVIDÃO NA SOCIEDADE TAUBATEANA NO PERÍODO DE 1870-1910**

O presente capítulo tem por objetivo apresentar os conceitos de trabalho e escravidão e também como ambos se constituíram na posteriormente na cidade de Taubaté nos períodos escravocrata e pós abolição.

### **2.1 Escravidão e Trabalho**

Iniciando os debates sobre o conceito de escravidão se faz importante lembrar que a mesma é cativo. Posição que não se escolhe, é imposta. Sem opção é forçada e obrigatória. Posição na onde idioma valido é o do “sim senhor” e a disciplina e a lealdade eram baseadas na violência e testadas no tronco e nas chibatadas conforme a vontade dos senhores escravocratas.

É o modo de exploração que toma forma quando uma classe distinta de indivíduos se renova continuamente a partir da exploração de outra classe. Ou seja, a escravidão aparece quanto todo um sistema social se estrutura com base na exploração e na perpetuação de escravos continuamente reintroduzidos seja por comércio ou por reprodução natural. (Meillassoux apud SILVA p. 110).

Segundo Pinsky (1992) a mesma remonta as organizações atenienses, gregas e romanas, que escravizavam outros povos para o trabalho braçal.

Para William (2013), no século XVIII, no contexto do comércio triangular, o trabalho na sua forma limite de compulsão, se tornou o produto mais voraz durante a exploração canavieira no Caribe, principalmente devido a sua relação de troca desigual.

Sobre o trabalho, para Marx (2013), a força de trabalho é o próprio trabalho. Atividade que só o homem é capaz de realizar através de sua própria natureza e ação e que com o passar do tempo modifica seu próprio criador.

Albornoz (2002), por sua vez, que segue a linha teórica de Marx (2013) e apresenta que o trabalho em sua definição mais comum, é toda ação de transformação executada por ação humana. Quanto ao termo, escreveu que foi originado da palavra em latim *tripalium*, nome de ferramenta que consiste em três paus com pontas de ferro utilizado para rasgar, esfiapar milho e trigo. Instrumento que, segundo suas pesquisas, foi objeto para a prática da tortura, fato que ligaria o termo trabalho ao significado de padecimento e cativo, sendo atribuído mais tarde, o sentido de laborar e obrar.

Para Arendt (2007) o termo trabalho não está ligado ao termo labor. Para ela estes não são sinônimos uma vez que o labor estaria ligado ao que seriam atividades que tem por objetivo a subsistência enquanto que o trabalho é a produção e necessidade de se reconhecer numa sociedade onde marca-se a individualidade.

Um mundo artificial de coisas e que corresponde ao artificialismo da própria vida uma condição de mundanidade, “em outras palavras, a distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo contém, embora eivada de preconceito, à distinção mais fundamental entre trabalho e labor” (ARENDR, 2007, p.98).

E também critica Marx quando discorre sua opinião sobre o teórico ter formulado teorias sobre o trabalho ter criado o homem (uma das principais durante todos os seus estudos) ou que ele e não a razão distingue o homem de outros animais e também quando para a autora lhe parece que ele não teria afeição no entanto por trabalhos improdutivos por não ser atividade que gerasse qualquer riqueza no mundo.

Por fim Ferlini (2003) disserta sobre o escravismo moderno como sendo constituição de nova forma de organização do trabalho (...) a exigir trabalhadores, alienados de tudo: dos meios de produção, de suas origens, de sua liberdade.

Até aqui, as análises apresentaram que o sentido do trabalho em sua totalidade teve variações. Grosso modo, estas sofreram implicações sociais, ora influenciadas pelas culturas ora pelo senso comum, e até pela ausência de criticidade, uma vez que, nas concepções contemporâneas, seja a atividade exigente de mais força braçal ou intelectual, ambas coexistem em seu ato de realização.

E também que a ação humana é parte fundamental uma vez que não se constitui sozinho, mas conforme as composições sociais econômicas que também se alteraram no decorrer do tempo, conforme sua necessidade produtiva.

Com relação à escravidão embora, não tenha existido, conforme Barbosa (2008), uma formação de mercado de trabalho, no entanto, o modo de trabalho escravo compunha de seu elemento mais fundamental, a força de trabalho escravo. A relevância da comparação entre ambas está justamente ligada ao fato de a história do trabalho e antes de tudo a história do escravo (COSTA, 1998, p.14).

## **2.2 A sociedade escravocrata de Taubaté**

O centro das atividades e de toda dinâmica econômica estava nas fazendas. Segundo

Costa (2005) desde as exportações até as encomendas feitas pelos fazendeiros e membros de sua família. E o centro da cidade era espaço de ostentação do luxo da riqueza adquirida com a produção do café.

Se, de um lado, estavam os ricos cafeicultores, do outro estavam os escravizados do campo, os dedicados a serviços domésticos nos casarões e os que faziam os serviços urbanos como o comércio, etc. Também completavam esse quadro os homens livres e pobres, membros da igreja, viajantes, pequenos comerciantes, banqueiros e moças solteiras.

Na questão social e econômica, a vila, conforme apontou Alves (1998), teve uma dinâmica própria no modelo econômico agroexportador que além da dependência da metrópole, explorou os setores mais lucrativos.

Quanto mais enriqueciam, com suas produções, mais ampliavam suas terras e número de escravos, “uma vez que o principal setor econômico é a agroindústria escravista, a dicotomia social sustentada neste modelo de colônia baseia-se na posse de escravos” (ALVES, 1998, p. 96). A terra, se não viesse acompanhada de escravos, não representava valor (Couty, apud BARBOSA, p.29).

E, embora tenha havido enriquecimento, como em grande parte do país, prevaleceu a concentração de renda. A desigualdade social foi mantida e reproduzida destacando a manutenção de uma elite dominante local.

Intrinsecamente no meio dessa sociedade está o elemento trabalho nas relações sociais cotidianas da cidade. Para que se compreenda seus desdobramentos é importante considerar o que a caracteriza como sociedade escravocrata.

Segundo Barbosa (2008) não é somente uma sociedade possuidora escravizados, mas sim composta de todo um sistema complexo e sistemático que mobiliza todo um conjunto econômico, social e obviamente de relações que fazem a manutenção desse sistema e principalmente, as diferenças sociais se mediam pelas diferenças de escravos. Taubaté preencheu todos esses quesitos.

### **2.2.1. O trabalho no regime escravocrata**

Sobre a questão do trabalho, foi visto que o regime econômico brasileiro consistia na manutenção do ritmo produtivo imposto pelas grandes fazendas monocultoras. Fosse realizado pelas mãos dos escravizados ou pelo trabalhador livre, o feitor ou o fazendeiro, o que não foi tão comum. O ponto comum entre ambos estava no objetivo de garantir, alicerçado na violência

como citado anteriormente, o volume de produção, sem prejuízos de qualquer espécie aos fazendeiros.

A relação mantida nas sociedades escravistas de modo geral, entre senhor e escravizado compunha elementos de ordem e obediência. No século XVIII, no Brasil, costumavam dizer que para o escravo são necessários três P, a saber Pau, Pão e Pano (Antonil, A.J, apud MACHADO p. 57).

As justificativas práticas com relação à correção foram vistas sobretudo nas grandes unidades produtoras nas quais a violência foi questão fundamental. Dentre as regiões de grande volume de produção estão Taubaté no Vale do Paraíba e Campinas no oeste paulista.

Em outras palavras, a terra e o capital só teriam sentido econômico se o trabalho fosse controlado, tornando-se propriedade (WILLIAM, 2013, p.35-41).

A exploração, como cita Machado (1987), se resumia na prática do trabalho somadas as metas que atendessem e eram estipuladas pela produção e o sustento, e a correção que estava intrinsecamente, ajustados ao cumprimento das atividades. No entanto, os ganhos da suposta troca quase nunca condiziam com a qualidade e quantidade de pão, pano, horas de descanso, trabalho e, obviamente a justiça dos castigos acordados de certa forma pelos produtores e escravizados.

Em muito dos casos, nos quais houver falta e/ou falha de um dos lados, foram resolvidas, mais ou menos isoladamente por cada grupo, mas as que não puderam, ocasionaram em crimes contra os senhores da unidade produtora e/ou dos feitores e até da morte dos castigados.

Esta forma de resistência por parte dos escravizados e por conveniência aos senhores surgiram e floresceram muitos contratos entre senhores e escravos na tentativa de regular leis da vida diária nada similares de uma região para outra.

Tais acordos, que tornaram possível a utilização da mão-de-obra escrava em termos racionais, adequados às metas produtivas da grande lavoura monocultora, não foram fundados em mecanismos institucionais, nem contaram, os escravos, com canais legítimos de suas reivindicações, uma vez que as possibilidades de divulgação de suas necessidades, de obtenção de apoio da opinião pública e mesmo a troca de experiências com seus iguais estiveram restritas pela própria conformação da sociedade escravista (MACHADO, 1987, p. 59)

Situação a qual demandou tensão para ambos os lados pois se tratava de um verdadeiro confronto dialético marcado pelo equilíbrio instável.

“Além dos supostos contratos outro fator de relevância foram as relações de compadrio e de posturas paternalistas que tinham como intuito diminuir o confronto entre

tendências opostas, e mesmo transformá-las em políticas específicas de comportamento da mão de obra (...) Nele, senhores e escravos constituíram relações diversificadas, mas que, no entanto, refletiram a realidade básica do sistema, expressando, com os outros segmentos sociais constitutivos da sociedade escravista, os antagonismos dessa relação social”. (MACHADO, 1987, p. 59-60).

Ainda com relação ao comportamento, na relação social de trabalho para Machado (1987), a criminalidade encontrava-se imbricava na sociedade, uma vez que fazia frente à superexploração que objetivava transformar direitos adquiridos em costumeiro.

Os processos crime analisados pela autora apontam que tanto no oeste paulista, quanto em Taubaté, escravos cometeram crimes contra seus senhores e também contra os conhecidos “capitães do mato”. A maioria dos relatos expressa que havia descontentamento por parte dos mesmos quanto a incoerência e violência excessiva de castigos e correções.

### **2.3 O processo abolicionista e as mudanças na dinâmica econômica**

Como escreveu William (2013) e Nabuco (2000) a abolição da escravidão foi fruto de muitos conflitos de interesses. Tanto na América do Norte, como no Brasil, a mesma só aconteceu após as muitas mudanças nos processos econômicos decorridos de alterações nas dinâmicas de mercado.

Do lado inglês, os novos projetos econômicos, primeiramente, irão culminar em resultados que precederam a abolição da escravidão na América do Norte. Como descreveu William (2013), o que antes era lucrativamente viável, posteriormente, ou tornaram fatores para a mudança.

A mola propulsora que antes permitiu o crescimento econômico, por muito tempo baseado no monopólio do comércio triangular<sup>8</sup>, se extingue com a independência das treze colônias da América inglesa, em 1776, face a substituição do sistema mercantilista por uma nova forma econômica, que pregava o livre-comércio entre as nações.

Nesse cenário, o parlamento inglês, em 1807, tomou a decisão de abolir o tráfico de escravos em suas colônias e seus súditos de assumirem para si o negócio. Assumindo papel de polícia internacional contra o tráfico, realizou o patrulhamento marítimo e aprisionamento de embarcações que participavam do tráfico. (GUIZELIN, 2013, p.123-144).

---

<sup>8</sup> Comércio Triangular processo pelo qual os navios negreiros partiam das cidades portuárias inglesas com uma carga de artigos manufaturados, trocados por africanos escravizados na costa da África que, comercializados na América e no Caribe em troca de produtos coloniais geravam lucros extraordinários (WILLIAMS, 2013 p. 174-175;179-180)

Do lado brasileiro, um verdadeiro conflito de interesses, ligado também aos setores econômicos. “Porque a escravidão, assim como arruína economicamente o país, impossibilita o seu progresso material, corrompe-lhe o caráter, desmoraliza(...)a escravidão é um peso enorme para o Brasil no seu crescimento em comparação com os outros Estados americanos” (NABUCO, 2000, p. 80-81).

Mesmo com a proibição do tráfico pela Inglaterra, o Império brasileiro, por outro lado, não pensava na supressão da atividade ou tampouco no processo abolicionista. “Até meados do século XIX, não se pode propriamente falar em movimento abolicionista” (COSTA, 1956, p. 39).

No entanto, à medida em que a proibição do tráfico se torna mais significativa quanto as interceptações da marinha inglesa, o Brasil, não teve outra saída, senão atendê-la legalmente, com a Lei de 7 de novembro de 1831.

O tráfico negreiro, porém, continuou e continuaria a fazer-se nas costas do Brasil, conforme destacou o *Jornal do Comércio*<sup>9</sup> de 1922, hoje fora de circulação, que dedicou algumas páginas a “Questão Servil”. Relatos sobre os acontecimentos relacionados a sociedade escravista nacional, à escravidão, às leis promulgadas e o processo abolicionista no Brasil, apresentaram com algumas ressalvas o contexto nacional da época.

Dentre alguns vale o destaque para as notícias e informes sobre os tratados e acordos firmados, destinados à ciência da elite alfabetizada, e também aos descumpridores das leis para que estivessem informados das tratativas tomadas pelo governo em caso de autuações e também para os crimes ocorridos no período que comumente estava relacionado ao tráfico de africanos.

As infrações eram de todo tipo, desde a falta de documentos obrigatórios de embarque à descobertas de porões cheios de escravizados que seriam vendidos de forma ilegal para algum fazendeiro de renome e casos de corrupção na polícia portuária que recebiam altos valores para não autuar seus responsáveis, dando, desta foram, aval para a ilegalidade. Um dos casos foi de um navio de guerra que, quando foi avistado e informado sobre necessidade de conferência ignorou os avisos vindos do porto e, dias mais tarde, ficou-se sabendo por um dos tripulantes, que sua tripulação estava infectada pela peste negra e que o capitão e o contramestre já estavam mortos, lhe restando somente alguns sobreviventes e os homens e mulheres escravizados.

---

<sup>9</sup> *Jornal do Comércio*, Edição especial 100 anos da independência do Brasil. 1922, Rio de Janeiro. A coleção trouxe os principais fatos que marcaram cem anos do Brasil pós independência através das colunas do *jornal do comercio*” do período de 1822 a 1932. O mesmo pode ser consultado no Arquivo de Museu Felix Guisard

Os mesmos, já não bastassem os sofrimentos causados e o estado de selvageria ao qual foram submetidos, estavam sendo lançados aos mares ainda vivos. Segundo a fonte, o fato foi visto como escandaloso por parte da sociedade pois “servia de espetáculo para a peste e feitoria de imprudentes contrabandistas e a nação é quem tinha que pagar as custas por todos os lados e modos”

O ano de 1834 foi o período em que mais se registrou tais crimes, e talvez, por esta questão alguns tenham alcançado o Ministério da Justiça do Rio de Janeiro no mesmo ano.

Algumas autoridades da época como o sanitarista Evaristo da Veiga homem de grande importância segundo o periódico e responsável pelo programa de uma sociedade defensora da liberdade e da independência, chegou a oferecer um prêmio de alto valor monetário a quem pudesse apresentar uma memória analítica do tráfico, sendo, por esta memória exposto a “odiosidade do comércio que ousa defender-se e ser defendidos pelos seus apologistas, se a mão de obra escrava poderia ser suprida e se a vida dos existentes poderia ser melhorada procurando removê-los para as cidades ou para os campos, apontar a vantagem de ter homens livres para o trabalho sobre os forçados e não menos importante citar como a influência nociva da introdução dos escravos africanos exerceu nos costumes, civilização e liberdade”

Segundo pesquisas realizadas, nota-se, de acordo com o parágrafo anterior, que existiu mesmo que de maneira sutil, uma ideia de questão humanitária no Brasil mas que no entanto não foi o motivo principal para a suspensão imediata do tráfico que ocorreu somente anos mais tarde, em 1850, com a aprovação da Lei Euzébio de Queiroz, que prometeu mais rigor e punição aos mercadores de escravo. Somente então é que põem-se fim ao tráfico de fato, cessando-o de forma completa, em poucos anos.

Na segunda metade do século XIX, tais acontecimentos, somados à demanda de braços para o trabalho, deram início a crise do sistema escravista, que resultou na alta de preços dos escravos.

Em 1870, um escravo de ofício, como barbeiro ou marceneiro, chegou a custar até três vezes o seu valor comum, passando de 1 (um) para até 3 (três) contos de réis, valor que equivalia o triplo do mercado anos antes (COSTA, 1956, p.31).

### **2.3.1. A abolição em Taubaté e cidades da região**

A abolição foi assinada oficialmente no Brasil em 13 (treze) de maio de 1888, no entanto, é

conveniente apontar que a assinatura do documento que pôs fim ao regime trabalhos forçados no país.

Algumas publicações consultadas registraram que a libertação em algumas cidades como Redenção da Serra e São Luís do Paraitinga ocorreram em 16 de fevereiro do mesmo ano. Documentos da Câmara, revelam que um grupo de sete pessoas, entre elas fazendeiros e um major do Exército, se reuniram na fazenda Ponte Alta e assinou a declaração que libertou 414 escravos. Libertados, eles passaram a prestar serviços com contrato de trabalho.

O historiador José Luiz Pasin, ligado ao IEV (Instituto de Estudos Valeparaibano), escreveu em uma nota que, a exemplo de Redenção, outras duas cidades do Vale libertaram seus escravos quase na mesma época, entre estão as cidades de São Luís do Paraitinga, Pindamonhangaba e Caçapava. Onde Pindamonhangaba libertou 3.705 escravizados e Taubaté 4.537, no dia 04 de março de 1888 (Folha de São Paulo, 2000)

Ao tomar conhecimento de tais temáticas uma questão em particular é coerente. Mas porque Taubaté e outras cidades fizeram de certa forma uma abolição antecipada?

Para Machado, que cedeu entrevista a fonte consultada a libertação, em Redenção foi um reflexo de movimentos que já existiam na então Província de São Paulo. "Desde 1885, os fazendeiros paulistas davam liberdade provisória para os escravos, pagando até mesmo pequenos salários para evitar a fuga dos negro". Já não era economicamente viável manter os negros cativos. Faça saber o primeiro local do Brasil a libertar os escravos foi o Ceará, em 1884. Em São Paulo, a pioneira foi a cidade de Santos, três anos depois. (Folha de São Paulo, 2000).

Ao analisar o processo de abolição da libertação dos escravos em Taubaté (Santos apud COSTA p. 46), identificou que a proibição da escravidão pela Câmara Municipal de Taubaté, dois meses antes da lei Áurea, precisamente em 04 de março de 1888, foi uma forma apaziguadora utilizada pela elite local, que a historiografia local, orquestrou toda a orientação de mudança e transformação em dádiva.

Outro fato interessante que vale destaque é o jornal de edição e circulação local na cidade de Taubaté, de nome "O noticiarista". Nele, não foi emitido qualquer nota sobre o processo abolicionista nem sobre a abolição na cidade ou no Brasil, muito menos sobre o paradeiro dos novos libertos ou de qualquer atitude dos mesmos, no entanto, foi identificado, através de uma breve nota policial, o olhar da sociedade para com os homens de cor. A mesma noticiava uma denúncia sobre "urgias" que estavam a ser praticas por um "preto" de nome Antônio e sua turma no lado rural da cidade.

O mesmo veículo informativo só veio a publicar sobre o tema somente um ano após o ocorrido e através de textos enviados por jornalistas ou pessoas ligadas a alta sociedade oriundas principalmente da capital São Paulo.

Os exemplares consultados compreenderam os anos de 1888 a 1890 e totalizaram 195 números, o que também foi um fator limitante para concretização deste subtítulo, uma vez que não se teve acesso mais abrangente à fonte, tornando possível a interpretação somente a partir destes quesitos.

Por outro lado, destacou-se o grande volume de anúncio dos mais variados tipos de serviços como: agências para locação de criados, casas de câmbio, casas de vinho e latarias italianas, banco popular, seguradoras, lojas de instrumento de música, comissários de café, fábricas de ferrarias, sapatarias e também serviços como de aulas de música, comissários, vendas de herbicidas e de terras, fazedores de velas, escola noturna e colégio, o que aponta para uma grande dinâmica econômica já presente na cidade.

O processo abolicionista, como era de se esperar, não agradou a todos. Foram 83 votos a favor da abolição, em projeto recorde levado ao Senado da Câmara, que, em grande maioria, representava o Rio de Janeiro. Após a assinatura da Lei Áurea, “mais de 700 mil escravos, em sua maioria localizados nas províncias de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro foram transformados em homens livres” e o Brasil passou a ocupar a posição de último país no Ocidente a abolir a escravidão (COSTA, 1956, p.10).

Concluiu, que a abolição em Taubaté, não trouxe rupturas, mudanças radicais e os libertos permaneceram de forma geral nas fazendas (SILVA, 2005, p.46)

### **CAPÍTULO 3. O CENÁRIO ECONÔMICO E AS NOVAS RELAÇÕES SOCIAIS DE TRABALHO PÓS ABOLIÇÃO NA CIDADE DE TAUBATÉ**

Neste capítulo serão apresentadas as questões de cunho econômico presentes no país de um modo geral e especificamente na cidade de Taubaté, assim como serão descritas condições sobre os tipos de trabalho existente e o perfil do trabalho na sociedade pós abolição.

#### **3.1 O cenário econômico e as novas organizações do trabalho**

Com a abolição da escravidão e a proclamação da República acontecendo, as questões sociais, assim como, as econômicas tem abruptas mudanças e Taubaté assim como o restante do Brasil tem olhos voltados para o novo cenário que se forma.

Ao se verem “obrigados” a buscar novas alternativas para suprir as demandas inerentes à produção começam a realizar experiências com o trabalho livre. Um processo que não foi simples e que não tratou somente de questões econômicas, mas também políticas, uma vez que se houve mudanças nos setores econômicos, alteraram-se também as relações sociais.

Taubaté, assim como outras, um modo geral, enfrentou problemas específicos na criação de uma força de trabalho. Utilizando-se da mão de obra escrava, legalmente e ilegalmente, primeiramente, em 1830 e depois em 1850, quando houve a criação da Lei Euzébio, o país e suas zonas produtivas defrontaram-se desde então, com a crise da falta de mão de obra.

A crise não havia se dado somente devido ao fim do tráfico ou com a abolição, mas também por opção da sociedade produtora. Foi feita uma opção pelos braços de trabalho “necessário” para a produção a qual foi guiada pela mentalidade social e econômica do período.

E os problemas não estariam somente baseados na falta de trabalhadores especificamente, mas na nova sistemática que se impõe afinal não estava mais na ordem do dia o modo escravista.

É importante destacar que os processos de inserção de trabalhadores livres não aconteceram de maneira igualitária pelo país. No oeste paulista, região de Campinas, por exemplo os fazendeiros, já no ano de 1847, antes mesmo de legislações que favoreciam a imigração começam a introduzir o trabalho livre em suas fazendas.

Um senador de nome Vergueiro, famoso político do Império, proprietário de uma grande fazenda próxima a cidade de Limeira, interior da capital São Paulo, foi o precursor na contratação de imigrantes para os trabalhos no cafezal, no regime de contrato de parceria, no qual

o imigrante vinha para o Brasil custeado pelo fazendeiro, desde viagens até chegar a fazenda, bem como instrumentos para execução do labor. Era-lhe cedido também um pedaço de terra para cultivo de seu alimento, e uma casa gratuita (STOLCKE, 1986, p. 20-25).

Na capital paulista e região muitos imigrantes chegavam endividados, pois não vinham em sistema de parceria e já precisavam vender o único bem que possuíam que era sua força de trabalho, desta forma, presenciavam imensa rotatividade, pois saíam em busca do que era mais rentável com a aspiração de formar negócios próprios (BARBOSA, 2008, p. 115).

A imigração foi, de fato, um marco relevante na história do trabalho no Brasil. Para tanto é importante destacar que as transformações provenientes da imigração não se deram exclusivamente devido ao contexto brasileiro, mas sim ao panorama europeu e, principalmente, nos países reconhecidos como berço da revolução industrial e da consolidação do capitalismo conforme comentado no capítulo 2 deste trabalho.

Entre 1873 e meados de 1890, a produção mundial, longe de congelar, aumentou exponencialmente chegando a duplicar os números da fabricação de aço e ferro, agigantando os Estados Unidos e Alemanha, data em que também a revolução industrial alcança a Suécia e a Rússia, tem-se um endividamento devido aos investimentos estrangeiros.

O Brasil, neste período, assim com a Argentina, atingiu números espetaculares, de até 200 duzentos mil imigrantes por ano. Não o bastante, vivia-se a superprodução agrícola e a deflação nos preços, o que foi aos seus compradores, de fato, excelente, no entanto um fracasso para os produtores do setor. “Em suma o que estava em questão não era a produção, mas sua lucratividade” (HOBSBAWM, 2002, p.58-59).

A questão da lucratividade citada por Hobsbawm (2002) era também um fator preocupante aos produtores e consumidores brasileiros assíduos das importações inglesas. Tanto que como será descrito neste trabalho, os muitos experimentos acerca da mão de obra livre como sistemas de parceria, locação de serviços e colonato, tinham por objetivo a não geração de ônus de qualquer espécie aos fazendeiros e a maximização dos lucros.

Todos os custos necessitavam ser ressarcidos também porque os fazendeiros, como em qualquer atividade produtiva no sistema capitalista, seriam razoáveis supor que a principal fonte de financiamento de capital residisse nos lucros gerados na própria produção, ou, em outras palavras, no autofinanciamento (LACERDA, 2010, versão ebook).

Portanto os trabalhadores imigrantes já saíam de seu país de origem endividados e o pagamento era obrigatória e firmado da seguinte forma: metade do rendimento líquido do café e dos gêneros alimentícios era passado para o dono da fazenda como reembolso que deveria ser

saldado em até dois anos ou, do contrário, eram gerados juros.

Sair da fazenda era até possível, mediante pagamento de uma pesada multa. Posteriormente, com o sucesso da empreitada muitos fazendeiros, se inteirando do tema, começaram a copiar o modelo empregado, porém como o objetivo era o maior lucro possível e saldo zero aumentaram-se também as taxas e os juros para os trabalhadores, se antes vigoravam após dois anos, passou a ser contabilizado em sua data de chegada e toda a família passou a estar vinculada na dívida.

Em torno de 1855 já havia cerca de 3500 imigrantes em trinta fazendas espalhadas pela província de São Paulo e, na maioria dos casos, o trabalho livre coexistia com a escravidão.

Taubaté, numa situação diferente da região campineira e de outras regiões, de acordo com Costa (2005) teve muita resistência para incorporar outras formas de trabalho, principalmente, quanto aos assalariados estrangeiros o que favoreceu o contrabando ilegal de escravizados (ver cap. 2), a imigração veio a ocorrer no final do século XIX de forma totalmente restrita.

Estes que vieram formavam um pequeno grupo de italianos que se dedicaram ao cultivo do café e do arroz e formaram o que se conhece hoje como o distrito de Quiririm.



**Figura 4 - Imigrante italiano em Quiririm – Século XIX**

Fonte: Società 30 de Aprile

### 3.1.1. O trabalho pós abolição

O historiador Alberto da Costa e Silva, na apresentação da obra “Da escravidão ao trabalho livre”, de Rego (2014), lembra que os braços para este trabalho já estavam aqui. Eram os antigos escravos, os negros que sempre sustentaram o trabalho agrícola e que, livres do cativeiro, tinham, segundo a ótica de seus senhores, deixado de servir para o trabalho.

Fernandes (2008), já reiterava que a desagregação do regime escravocrata brasileiro foi feita de forma que não protegesse ou integrasse o recém liberto na vida ou no trabalho.

Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a igreja ou qualquer outra instituição assumisse encargos especiais que tivessem por objetos prepara-los para o novo regime de organização de vida e do trabalho. O liberto se viu convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva. (FERNANDES, 2008, p.29)

A grande questão é que, com trabalhadores ou não, a dificuldade, conforme escreveu Stolcke (1986), estava cada vez mais em organizar e controlar, de forma eficiente, o trabalho livre.

No exemplo citado sobre o sistema de parceria, por exemplo, havia muitos conflitos que envolviam o descontentamento dos trabalhadores, que organizavam revoltas e protestos contra cobranças indevidas nos contratos, não execução dos trabalhos e privação de alimento pelos fazendeiros se as colheitas ou trato das terras não fossem realizadas, bem como fraudes cometidas pelos fazendeiros, o que se somaram à desilusão de ambos. O fazendeiro que se vê a aceitar as condições do contrato realizado ou desistir da cafeicultura e o imigrante devido a sua condição de vida (STOLCKE, 1986, p. 30-31).

Com o fim da parceria, foi colocado em prática o contrato de locação de serviços, mas não simplesmente mediante o fracasso do anterior, mas também porque já chegavam à Europa notícias sobre as dificuldades enfrentadas pelos recém migrados, desta forma os governos suíços e prussianos tomaram severas medidas e suspenderam a emigração desses dois países para São Paulo. (J.J Von Tschudi...apud STOLCKE p.32).

Tendo brevemente relatado os tipos de trabalhos livres, alguns questionamentos se fizeram necessários. Por quais motivos tais sistemas de contrato foram adotados e não diretamente o contrato assalariado como já ocorria na Europa e em algumas partes do Brasil? Para analisar de forma coerente tal questão, retornemos ao início.

Com relação ao sistema de parceria o mesmo foi uma primeira oportunidade baseado numa relação de troca desigual, uma vez que os juros e taxas embutidas faziam com que o trabalhador demorasse de quatro anos para mais para saldar sua dívida o que possibilitava aos fazendeiros também maior período de produtividade, não sendo necessária a reposição dos trabalhadores, ressalvo fator onde houvesse aumento da produção.

Outro agente foi que a parceria era mais eficiente se o empregador conseguisse uma divisão mais lucrativa onde assegurava um esforço adicional, fazendo com os trabalhadores trabalhassem mais em troca de uma proporção maior da produção e ainda fazendo com que os próprios controlassem suas atividades pois dependia de sua produção para sobrevivência e dispensava outro tipo de supervisão. e obviamente não se pensou em monetarizar o mesmo, já que o elemento de coerção baseado no incentivo era mais barato em comparação ao trabalho assalariado.

A questão não era simplesmente a de resolver o problema com relação a oferta de mão de obra, mas fazê-lo de forma lucrativa (STOLCKE, 1986, p.27).

Nas fazendas do Vale do Paraíba, como cita Fausto (2016), quase dois terços dos escravos não estavam dedicados à lavoura do café pois, a alta de preços, já iniciada quando da proibição do tráfico, ou uma divisão social do trabalho, ao passo que, parte da força de trabalho das zonas cafeeiras foi substituída por máquinas, cabendo a estes, outros tipos de atividades como, cultivo de gêneros alimentícios, cuidados com o gado, construção de casas e até trabalhos “improdutivos” como os de arrumadeira, copeira, etc, como afirma Stein (1961).

Na cidade de Taubaté, de acordo com o recenseamento do Brasil de 1872<sup>10</sup>, teve-se uma base estimada do número de escravos e seus ofícios. Somavam pouco mais de 3.700 escravos, entre homens e mulheres, ocupando os seguintes ofícios: lavradores, a grande maioria, totalizando 2297 escravos; 330, estavam a serviços como criados e jornaleiros; 53, como costureiras, 50 como “artistas”, 24 marinheiros e pescadores, 17 especialistas em chapéus, 12 carpinteiros, 6 fazedores de calçados, 6 pedreiros, 3 na confecção de chapéus e 6 metalúrgicos.

Apesar da resistência da cidade de Taubaté como já citado no tópico anterior o arranjo de mão de obra era uma das preocupações principais, como citou Silva (1995), estando nessas condições voltaram-se pouco a pouco a imigração de trabalhadores.

Após os italianos também vieram os japoneses, que implantaram na cidade os serviços hortifrutigranjeiros e os sírios libaneses, que se dedicaram ao comércio. “Portadores de qualificação profissional, os imigrantes italianos foram incorporados pelas indústrias e trouxeram

---

<sup>10</sup> Recenseamento realizado no Brasil no ano de 1872 dirigido pela Diretoria geral de Estatística do Império.

a influência do anarquismo às primeiras organizações operárias” (COSTA, 2005, p.47).

Pouco a pouco os imigrantes tiveram acesso à terra, enquanto que, os recém libertos, não. Fator este que contribuiu para a manutenção de massa pobre de trabalhadores rurais, que eram quantidade significativa nas fazendas.

### **3.2 Formação de um mercado de trabalho?**

De acordo com o entendimento de Barbosa (2008), a construção de um mercado de trabalho no Brasil ainda que incompleto e fragmentado, não foi resultado de decisões privadas ou voltadas para uma elevação de produtividade por parte dos novos quase empregadores, mas da decorrência de ações endossadas pelo Estado no sentido de assegurar a continuidade dos seus empreendimentos econômicos.

Nesse sentido, a lei de terras de 1850 – que restringiu o acesso à terras por meio do seu encarecimento - , a regulamentação da mão de obra escrava – Leis do ventre livre de 1871 e do sexagenário de 1885 – o controle sobre a mão de obra livre (por meio de locação de serviços de 1879), além das leis provinciais relacionadas às diversas modalidades de subsídio a imigração, foram engendrando modos peculiares de inserção no mercado de trabalho emergente para os vários grupos sociais – ex-escravos, antigos libertos, imigrantes e trabalhadores livres nacionais (BARBOSA, 2008, p. 116).

Ainda segundo ele, somariam para uma sociedade predominantemente negra e mulata engrossada também por brancos pobres que também se tornariam aliciável, para mão de obra no campo e nas cidades a partir de um modelo estrutural de repressão não muito diferente do que existira na escravidão.

Uma das leis que, de fato, legitimou uma pré criação do mercado de trabalho se assim podemos dizer foi a Lei Rio Branco, que em seu artigo 6º inciso 5º dizia que os escravos, ao serem libertados ficariam sob a inspeção do governo durante 5 anos e que deviam arrumar trabalho nas instituições públicas ou do contrário, se fossem encontrados vivendo de vadiagem, seriam “constrangidos”. Essa transitoriedade segundo Barbosa (2008) inviabilizou na prática uma liberdade plena o que resultou em uma transformação lenta e vigiada do ex- escravo em trabalhador livre.

No que se refere também à formação do mercado de trabalho, é preciso considerar uma investigação local das atividades econômicas escravista e do pós-abolição, porém, inserida, economicamente, na conjuntura nacional, uma vez que, a formação de um mercado de trabalho

em quaisquer regiões, dependeria mais da dinâmica local do que da nacional bem como tiveram suas especificidades.

A abolição da escravidão em Taubaté como já citado anteriormente não trouxe rupturas ou grandes mudanças. Os muitos trabalhadores permaneceram nas fazendas não tendo acesso a nenhum tipo de inserção ou auxílio social.

Os grandes fazendeiros somavam ao seu patrimônio os escravos que nela produziam para enriquece-los. A menor produtividade dessas fazendas tornou a transição para o trabalho livre mais dificultoso uma vez que os salários e as condições eram menores os trabalhadores livres fosse nacional ou imigrantes preferiam buscar trabalhos em outras regiões.

Com isso, essencialmente, no Vale do Paraíba observou-se após a abolição o reenquadramento do recém liberto por falta de opções do ex-senhor e do ex-escravizado. Junto a essa temática várias formas de trabalho foram utilizadas e muitas se assemelhavam a condição do trabalho na sociedade escravocrata.

Algumas dessas formas foram: trabalho em troca de comida e lugar para pouso se antes feitores agora apontadores para registrar o ponto dos empregados. Eram também comuns os colonos parceiros, colonos empreiteiros e os arrendatários de terras e, como consequência, muitos libertos viviam da pequena lavoura de subsistência, reduzindo, assim, a dimensão da economia monetária engordavam os lucros dos fazendeiros (BARBOSA, 2008, p.145), o que identificava formas não capitalistas de produção.

### **3.3 O perfil do trabalho pós abolição e a manutenção da elite 1890-1910**

No Brasil, segundo Fausto (2016), o novo cenário não se mostra quando das implantações industriais, mas quando surge uma classe trabalhadora industrial.

Em São Paulo, já na década de 1870, haviam surgido as primeiras fabricas têxtis, reflexos da Guerra de Secessão Americana, no tocante a abundância de matéria prima como também de ampliação do mercado. De acordo com Fausto (2016), em 1886, já eram doze por toda a província que iam desde o interior até a capital, onde concentrava a maior produção.

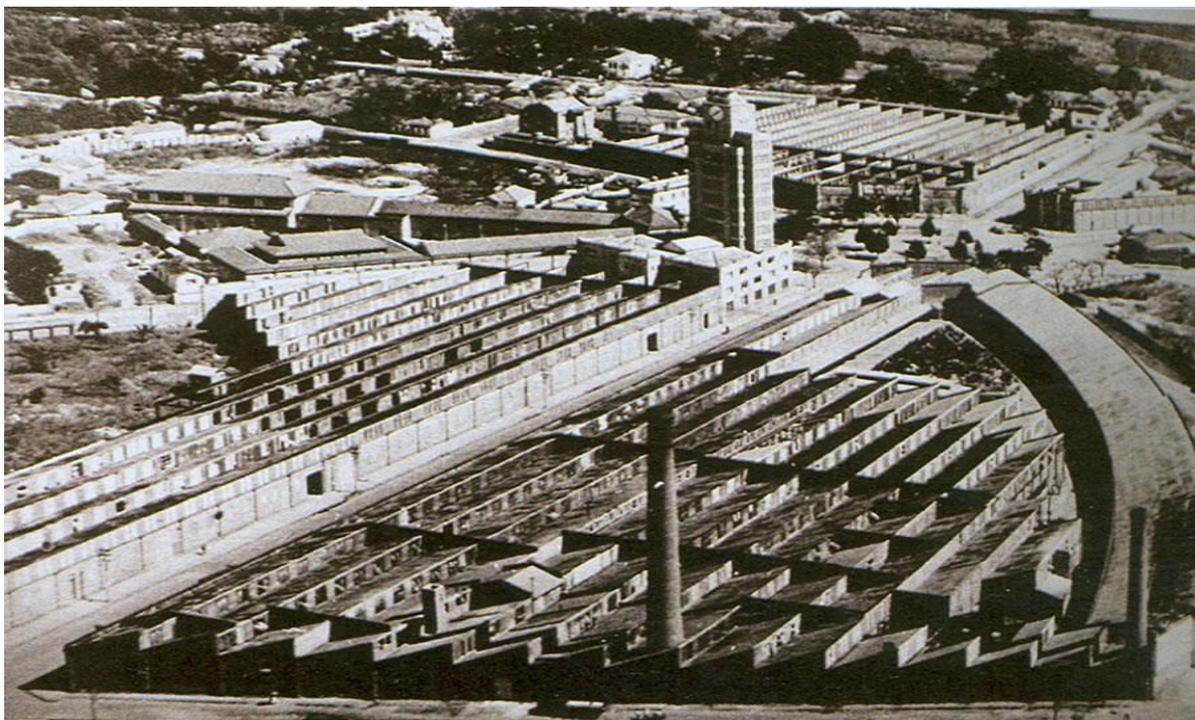
E, ao que indica, o complexo cafeeiro formou as bases para o processo de acumulação industrial em São Paulo, que se consolidou no início do XX. De acordo com Costa (2005), tiveram como preponderantes nessa alternância de dinâmica da transição do trabalho escravo para o assalariado, aporte de capitais e a formação de uma estrutura urbana que foi de grande relevância para uma diversificação crescente da economia.

Em Taubaté, o processo de industrialização foi lento e progressivo e tudo decorreu de que a econômica cafeeira de que a região não oferecia condições vantajosas para uma economia capitalista, como por exemplo, um mercado de trabalho e de consumo.

Se por um lado provocaram um desenvolvimento da cidade, consolidaram uma estrutura urbana e permitiram uma formação social e política, influente na região e no comando do país, por outro lado, essa mesma estrutura social constituiu uma barreira que dificultou a entrada de Taubaté no processo de industrialização. (Negri, apud COSTA, p.51-52)

Para que se entenda o processo é importante compreender também que a cidade contou com outros aspectos como disponibilidade de mão de obra, atividades artesanais e implantação de indústria têxtil de tecnologia de fácil manuseio (COSTA, 2005, p.48-49). Os relatórios apresentados por Ricci (2006) apontam que as mesmas variaram entre selarias, engenho, marmora-rias, industrial têxtil, entre outras.

Entre elas, destaca-se a fundação da CTI Companhia Taubaté Industrial, fundada em 1891, por Félix Guisard, empreendedor vindo do Rio de Janeiro, com muito entusiasmo em contribuir para a sonhada independência do país com o fim da escravidão e o assentamento do poder republicano que estava investindo através de infraestruturas pela política de substituição de importação do então presidente da república Deodoro da Fonseca que governou de 1889-1891 e posteriormente de Floriano Peixoto que presidiu deste 1891-1894 dando continuidade na proposta de industrialização no país.



**Figura 5 - Vista aérea do complexo da CTI**

Fonte: Acervo Mistau - Museu da imagem e som de Taubaté

A CTI produziu inicialmente meias e camisetas e depois fios e, a partir de 1910, tornou-se famosa com o seu morim “Ave Maria”. Em 1913, atingiu 600 funcionários e se beneficiou com as dificuldades de importação trazidas pela guerra e a economia nacional registrou forte crescimento (COSTA, 2005, p.55).

A industrialização da cidade não provocou um impacto violento e transformador no mundo rural e agrícola. Como apontou Costa (2005), muito pelo contrário, a indústria implantou-se numa solução de continuidade entre campo e cidade.

Mas não impediu o crescimento do fator populacional no Estado de São Paulo. Como se vê na tabela 3 por toda capital paulista houve um crescimento exponencial principalmente a partir de 1890 motivado pelo fator da indústria, Taubaté contribuía para esta parcela.

**Tabela 3** Crescimento demográfico de São Paulo 1872 - 1920

Período	Nº Crescimento populacional
1872	<b>31.385</b>
1890	<b>64.934</b>
1900	<b>239.820</b>
1920	<b>579.033</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1872 - 1920

Embora a economia cafeeira não tenha se apoiado no trabalho assalariado, esta situação não impediu a incorporação de empresas industriais de negros libertos e de trabalhadores rurais saídos das antigas fazendas de café, pois seus padrões tecnológicos arcaicos permitiam ainda a incorporação de mulheres e crianças no processo produtivo (COSTA, 2005, p. 52).

O censo industrial de 1907 contabilizava um total de 261 operários entre mulheres, crianças e homens. O que por sua vez pode-se constatar que, dentre o período estudado aparentemente não houve escassez de mão de obra na região sendo, o trabalho infantil e feminino explorado de todas as formas. (RICCI, 2006, p. 82).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se ao final da presente pesquisa que Taubaté enfrentou grandes desafios na transição do trabalho escravo para o trabalho livre assim como na constituição de sua mão de obra. Suas dificuldades não se mediram somente nas condições específicas da região, mas também devido a todo contexto nacional e internacional. As mudanças na dinâmica econômica europeia afetaram diretamente a colônia e posteriormente o império brasileiro que sofrendo as pressões inglesas precisam alterar de forma imediata suas ações quanto ao seu cenário econômico.

O fim do tráfico negreiro, criação de leis de combate ao tráfico mediadoras e punitivas inserem Taubaté e outras regiões no mapa da crise de mão de obra, que “necessitava” suprir suas demandas produtivas.

Muitas regiões a partir disso começam a se organizar para contornar o problema da escassez da mão de obra a fim de atingir seus objetivos de produção. Taubaté, no entanto, conforme apontaram os autores consultados, teve uma situação uma tanto diferenciada pois a crise que se instalara na cidade não estava somente na falta de braços para suprir sua produção, mas na resistência dos cafeicultores em contratar trabalhadores livres. Situação a qual a colocou em pé de desigualdade de concorrência com a região de Campinas, no oeste paulista, que, ao contratar trabalhadores em outros regimes, conseguiu uma diminuição do custo de produtividade e uma melhor oferta no preço final do produto que mesmo baseado numa relação de monopólio obtiveram maior margem de lucratividade.

Com relação ao processo abolicionista, ficou evidente que foi um acordo entre os enriquecidos da região que, já no ano de 1885, com a situação se invertendo, observaram que já não era, economicamente, viável manter os escravos, orquestrando dessa forma a mudança como sendo favorável aos produtores. Desta forma não tendo outra opção, voltaram os olhos para o setor imigrante que, podemos dizer, a conta gotas começa a se inserir neste processo.

A situação é outra após a abolição: se, antes a relação social do trabalho era mediada disciplina e correção, ambos baseados na violência na nova relação que se apresenta os produtores precisam se organizar quanto a nova concepção de trabalho. Muitos contratos eram celebrados e descumpridos causando paradas na colheita, mudança de trabalhadores para outras regiões e greves. Convém lembrar que os imigrantes recém-chegados ao Brasil já tinham presenciado muitas greves e trouxeram consigo os ares anárquicos contra a repressão no trabalho, que foram de grande importância para o início da história e luta do futuro operariado no país.

Sobre a questão da industrialização, é interessante destacar que, embora a cafeicultura tenha subsidiado grande parte do setor na grande São Paulo, a mesma situação acabou por perpetuar a estrutura social elitizada na cidade o que resultou por sua vez numa barreira no processo de desenvolvimento de maneira geral. O processo só teve início no século XX, com a implantação da Companhia Industrial de Taubaté a CTI.

A companhia obteve muito progresso na região no que tange a história econômica e ao que tudo indica a mão de obra que constituiu o perfil para a demanda fabril que se instalava e no período pesquisado foram além de operários vindos de várias regiões sobretudo de mulheres, crianças, e alguns ex-libertos que não haviam permanecido na zona rural identificando assim que os mesmos foram realocados ou nas mesmas fazendas ou em outros tipos de trabalho.

Taubaté apesar de ter acompanhado de certa forma a dinâmica econômica nacional não sofreu impactos diretos em seu cenário local, ou seja não teve desenvolvimento no período, uma vez que nenhuma das novas situações impostas alteraram de modo significativo o *status quo* de seu quadro social. A cidade manteve a concentração de renda e a perpetuação da elite que antes barões do café na era industrial se tornaram senhores empresários.

## REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, Suzana. **O que é Trabalho?** São Paulo: Brasiliense, 2002

ALVES, Maurício Martins. Distribuição da riqueza por grupo social *In*: ALVES, Mauricio Martins. **Caminhos da Pobreza – A manutenção da diferença em Taubaté (1680-1729)**. Taubaté: Imesp, 1999, p. 95-115.

ARENDT, Hannah. Capítulo III: Labor *In*: ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007 p. 90-138.

\_\_\_\_\_. Capítulo IV: Trabalho *In*: ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007 p. 149-180.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. I. A economia colonial e o não-mercado de trabalho *In*: BARBOSA, Alexandre de Freitas. **A formação do mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2008 p. 25-89.

\_\_\_\_\_. II. A construção do mercado de trabalho no Brasil (1850-1888) *In*: BARBOSA, Alexandre de Freitas. **A formação do mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2008 p. 91-159.

FAUSTO, Bóris. Primeira parte: a formação da classe operária: determinações estruturais *In*: FAUSTO, Bóris. **Trabalho urbano e conflito social: 1890-1920**. 2ªed., São Paulo: Cia das letras, 2016, p. 29-57

**Cidade é pioneira do Vale na abolição**. Folha de São Paulo, São José dos Campos, 23/04/2000, Folha Vale. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/vale/vl2304200011.htm>>. Acesso em: 05 set. 2019

COTRIM, Gilberto. **História e consciência do Brasil**. São Paulo: Editora Saraiva, 2ª ed. 1995.

COSTA, Emília. Viotti. da. **Da Senzala a colônia**. São Paulo: UNESP, 4ª Ed. 1998.

\_\_\_\_\_. **Abolição**. São Paulo: UNESP, 1956.

COSTA, Silvio. Taubaté e o Vale do Paraíba no desenvolvimento industrial paulista *In*: COSTA, Silvio. **Taubaté: O local e o global na construção do desenvolvimento**. São Paulo, Taubaté: Editora Cabral, 2005, p. 15-73

FERLINI, Vera. Colonização e sistema colonial *In*: **Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no nordeste colonial**, São Paulo: EDUSC, 2003, p. 17-80

FERNANDES, Florestan. O negro na emergência da sociedade de classes. *In*: **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: GLOBO, 2008, p. 29-78

GUIZELIN, Gilberto. **A abolição do tráfico de escravos no Atlântico Sul: Portugal, o Brasil e a questão do contrabando**. Almanack. Guarulhos, n.05, p.123-144, 1º semestre de 2013.

HOBSBAWM, Eric J. E. Uma economia mudando de marcha. *In: Era dos Impérios 1875-1914*. São Paulo: Paz e Terra, 7ªed. 2002

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Recenseamento do Brasil de 1872**. Perfil biblioteca. Disponível em: <<http://www.biblioteca.ibge.org.br>>. Acesso em: 05 abr. 2019.

Jornal do Comércio, **Edição especial 100 anos da independência do Brasil**. 1922, p. 7-135.

KRENAK, Ailton. **O eterno retorno do desencontro**. In: NOVAES, A., org. **A outra margem do ocidente**. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

LACERDA, Antônio Corrêa [et al.]; **Economia Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2010, Versão Ebook.

LEME, Pedro T. de Almeida Paes. **A história da Capitania de São Vicente**. Brasília: Edições do Senado Federal, 2004. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

MACHADO, Maria Helena P. T. **Crime e escravidão: Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

MARX, Karl. **O processo de trabalho e o processo de valorização**. In: MARX, Karl. *O Capital - Crítica da Economia Política*. São Paulo: E-Book Boitempo Editorial, 2013. P. 327-352.

MENDONÇA, Regina Kátia Rico dos Santos de. **Escravidão indígena no Vale do Paraíba: exploração e conquista dos sertões da capitania de Nossa Senhora de Itanhaém, século XVII**. 2003. 108f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-08032010-105039/pt-br.php>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: Índios e bandeiras nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. São Paulo: Publifolha, 2000.

PINSKY, Jaime. **A escravidão no Brasil**. São Paulo: Contexto, 11ª ed. 1992.

PASIN, José Luiz. *O Vale de Paraíba ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Assessoria de Comunicação e Marketing, 1988.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 4ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_. Correntes de Povoamento. *In: PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo*. 23ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994, p.71-84.

REGO, Luiz Aranha Corrêa. **Da escravidão ao trabalho livre. Brasil. 1550-1900.** São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

RICCI, Fabio. Vale do Paraíba paulista – uma avaliação *In*: RICCI, Fabio. **Indústrias têxteis na periferia. Origens e desenvolvimento: O caso do Vale do Paraíba.** Taubaté: Cabral editora, 2006, p. 35-44

RICCI, Fabio. Perfil da Mão-de-obra nas indústrias têxteis do Vale do Paraíba paulista no início do século *In*: RICCI, Fabio. **Indústrias têxteis na periferia. Origens e desenvolvimento: O caso do Vale do Paraíba.** Taubaté: Cabral editora, 2006, p. 80-95

SILVA, Kalina V. SILVA, Maciel. H. Escravidão *In*: SILVA, Kalina V. SILVA, Maciel. H. **Dicionário de conceitos históricos.** São Paulo: Editora Contexto, 3ªed. 2017

SILVA, Sergio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil.** São Paulo: Editora Alfa Ômega, 8ª ed. 1995

STEIN, Stanley. Mão de Obra das fazendas *In*: **Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1961, p. 35-96

SOCIETÀ 30 di Aprile. **Quiririm: presença e história italiana.** Taubaté: Vogal, 1997

STOLCKE, Verena. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo, 1890-1929 *In*: STOLCKE, Verena. **Cafeicultura homens, mulheres e capital 1850-1890.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, p. 17-52

TOLEDO, Francisco Sodero. Cafeicultores e conservadorismo no Vale do Paraíba – o convenio de Taubaté *In*: CASTILHO, Edson D. GARCIA, Fábio J. (orgs.). **Vale do Paraíba Pessoas, instituições e movimentos – Contribuições relevantes nos séculos XIX e XX.** Campinas: Alínea editora, 2008. P.133-152

TOLEDO, Francisco de P. **História do município de Taubaté.** Disponível em: <<http://almanaquetaubate.com.br/hmt/apresentacao.html>>. Acesso em: 30/07/2019

VIEIRA, Edson Trajano. **Industrialização e políticas de desenvolvimento regional: o Vale do Paraíba Paulista na segunda metade do século XX.** 2009. 177f. Tese (Doutorado em História Econômica) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-03022010-143611/pt-br.php>>. Acesso em: 05 ago. 2019.